

PORTARIA N.º201504000280, DE 23/02/2015 - PROC N.º 2015730003704/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2015
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Claudio Rodrigues Valente - CPF: 049.036.682-15
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/IDEA ATTRACTIVE 1.4/Pas/
Automovel/9BD135019B2171559

PORTARIA N.º201504000282, DE 23/02/2015 - PROC N.º 2015730003607/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2015
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Carlos Jose Aleixo da Silva - CPF: 368.670.472-20
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/PRISMA 1.4AT LTZ/Pas/Automovel/9BGKT69R0FG342963

PORTARIA N.º201504000284, DE 23/02/2015 - PROC N.º 42015730000418/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2015
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Wagner Ferreira Lucio - CPF: 235.159.702-82
Marca/Tipo/Chassi
CHEVROLET/COBALT 1.4 LTZ/Pas/
Automovel/9BGJC6930FB192864

PORTARIA N.º201504000286, DE 23/02/2015 - PROC N.º 42015730000483/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2015
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Claudeci Ferreira Machado - CPF: 612.440.582-20
Marca/Tipo/Chassi
VW/GOL 1.0/Pas/Automovel/9BWCA05X54T088635

Protocolo 798553

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF
SEGUNDA CÂMARA
ACORDÃO N.4542- 2a. CPJ. RECURSO N.10032 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012011510001351-9) CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A norma jurídica atingida, com a infração tributária, deve penalizar o infrator, independentemente dos fatos que concorreram para a sua inobservância, em face da objetividade da responsabilidade tributária (CTN, art. 136). 3. Não possuir o ECF em seu estabelecimento quando obrigado, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente tipificada. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05/02/2015. DATA DO ACÓRDÃO:05/02/2015.
ACORDÃO N.4543- 2a. CPJ. RECURSO N.10034 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012011510001365-9) CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deve ser mantido o auto de infração quando lavrado por inobservância à legislação tributária estadual. 3. Não configura confisco a multa aplicada no limite legalmente estabelecido. 4. Não compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários a aplicação de penalidade diversa da legalmente prevista, por força das disposições do art. 26, III da lei n. 6.182/98. 5. Não possuir o ECF em seu estabelecimento quando obrigado, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente tipificada. 6. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05/02/2015. DATA DO ACÓRDÃO:05/02/2015.
ACORDÃO N.4544- 2a. CPJ. RECURSO N.10202 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 372014510000508-9) ACORDÃO N.4545- 2a. CPJ. RECURSO N.10204 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372014510000517-8) ACORDÃO N.4546- 2a. CPJ. RECURSO N.10208 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372014510000647-6) ACORDÃO N.4547- 2a. CPJ. RECURSO N.10210 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372014510000648-4) ACORDÃO N.4548- 2a. CPJ. RECURSO N.10212 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372014510000753-7) CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários a apreciação de questionamentos relativos à validade da legislação tributária. 3. A apreensão de mercadorias constitui apenas um meio de prova material de infração à legislação tributária, e sua retenção ocorre em tempo suficiente para materialização da infração, identificação do contribuinte e sua responsabilidade tributária. 4. Ocorre o deslocamento do momento do recolhimento do ICMS para a entrada em território paraense, quando o contribuinte realiza operação em situação de ativo não regular, nos termos definidos na IN 013/2005. 5. Deixar de recolher ICMS na entrada do território paraense, relativo à operação com mercadoria destinada ao uso/consumo e à integração do ativo permanente do estabelecimento, oriunda de outra Unidade da Federação, em situação de ativo não regular, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 6. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05/02/2015. DATA DO ACÓRDÃO:05/02/2015.

Protocolo 798556

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS
ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO
A Secretaria Geral torna público a (s) data (s) de julgamento do (s) recurso (s) abaixo, a ocorrer na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9825, AINF nº 372014510000316-7, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: DIO GONÇALVES CARNEIRO, OAB/PA-19646
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9821, AINF nº 372014510000081-8, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: DIO GONÇALVES CARNEIRO, OAB/PA-19646
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9831, AINF nº 372014510000325-6, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: DIO GONÇALVES CARNEIRO, OAB/PA-19646
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9829, AINF nº 372014510000326-4, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: DIO GONÇALVES CARNEIRO, OAB/PA-19646
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9827, AINF nº 372014510000649-2, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: DIO GONÇALVES CARNEIRO, OAB/PA-19646
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9833, AINF nº 372013510002537-6, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9841, AINF nº 372014510000257-8, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: DIO GONÇALVES CARNEIRO, OAB/PA-19646
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º

9839, AINF nº 372014510000100-8, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: DIO GONÇALVES CARNEIRO, OAB/PA-19646
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9935, AINF nº 372013510001672-5, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9925, AINF nº 372014510000090-7, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: DIO GONÇALVES CARNEIRO, OAB/PA-19646
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9927, AINF nº 372014510000061-3, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9931, AINF nº 262014510000383-7, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: DIO GONÇALVES CARNEIRO, OAB/PA-19646
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9917, AINF nº 372013510001574-5, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9919, AINF nº 812013510001619-0, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9905, AINF nº 372013510002443-4, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9933, AINF nº 372014510000807-0, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: DIO GONÇALVES CARNEIRO, OAB/PA-19646
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 9945, AINF nº 812012510001672-0, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10249, AINF nº 342014510000045-0, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: DIO GONÇALVES CARNEIRO, OAB/PA-19646
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10233, AINF nº 372013510001925-2, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10235, AINF nº 372013510001926-0, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10237, AINF nº 372013510001927-9, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10239, AINF nº 372013510001981-3, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10241, AINF nº 372013510001982-1, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10243, AINF nº 372013510001984-8, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10245, AINF nº 372013510002046-3, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10247, AINF nº 372013510002185-0, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247
Em 03/03/2015, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10213, AINF nº 372014510000784-7, contribuinte VALE S.A, Insc.